



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**KAMILA MARQUES DA SILVA**

**LITERATURA INFANTIL NO PROGRAMA NACIONAL DO  
LIVRO E MATERIAL DIDÁTICO (PNLD) LITERÁRIO:  
ENTENDENDO A FORMAÇÃO DO LEITOR A PARTIR DA  
SELEÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS**

**Brasília-DF  
2023**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**KAMILA MARQUES DA SILVA**

**LITERATURA INFANTIL NO PROGRAMA NACIONAL DO  
LIVRO E MATERIAL DIDÁTICO (PNLD) LITERÁRIO:  
ENTENDENDO A FORMAÇÃO DO LEITOR A PARTIR DA  
SELEÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS**

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial e insubstituível para a obtenção do título de Pedagoga pela Universidade de Brasília.

**Orientador:**

Prof. Dr. Hélio José Santos Maia

**Brasília-DF  
2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SS5861 SILVA, Kamila Marques da  
Literatura infantil no Programa Nacional do Livro e  
Material Didático (PNLD) Literário: entendendo a formação do  
leitor a partir da seleção de obras literárias / Kamila  
Marques da SILVA; orientador Hélio José Santos Maia. --  
Brasília, 2023.  
54 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de  
Brasília, 2023.

1. Literatura Infantil. 2. Programa Nacional do Livro  
Didático e do Material Didático. 3. Formação de leitores. I.  
Maia, Hélio José Santos, orient. II. Título.

**Literatura infantil no Programa Nacional do Livro e Material Didático  
(PNLD) Literário: entendendo a formação do leitor a partir da seleção  
de obras literárias**

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial e insubstituível para obtenção do título de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

**Aprovado em**

---

Prof. Dr. Hélio José Santos Maia - Universidade de Brasília  
Orientador

---

Profa. Dra. Solange Alves de Oliveira Mendes  
Examinadora

---

Profa. Dra. Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias  
Examinadora

---

Profa. Dra. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira  
Suplente

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por todas as bênçãos concedidas a mim ao longo de toda a minha vida, em especial às que se referem às oportunidades de estudo desde o início da minha jornada escolar até o momento atual;

Agradeço à minha mãe, por estar sempre ao meu lado, me apoiando em todas as circunstâncias;

Agradeço ao meu pai, por todo o seu esforço para me proporcionar o melhor, visando a minha formação, e por sempre acreditar em mim;

Agradeço à minha avó, às minhas tias e aos meus tios, por sempre me ajudarem nos momentos em que mais preciso, cada um à sua maneira. O apoio que recebi nos últimos anos foi fundamental para que eu pudesse concluir a graduação e jamais o esquecerei;

Agradeço aos professores comprometidos e atenciosos que tive ao longo da Educação Básica, que contribuíram para a minha formação e me influenciaram, a partir de suas práticas, a escolher o curso de Pedagogia;

Agradeço ao professor Hélio José Santos Maia, pela orientação, oportunidade, compreensão e paciência;

Agradeço aos professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, por todos os ensinamentos, auxílio, gentileza e respeito ao longo curso.

*"Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável."*

(Antonio Candido)

## RESUMO

Identificar a concepção de literatura infantil presente no PNLD Literário, possibilita comparar os critérios de avaliação e de seleção das obras literárias dos editais do PNLD Literário com as concepções de literatura infantil, tendo como suporte o referencial teórico, para refletir sobre a relação entre as concepções de literatura infantil contidas nos editais e a formação do leitor literário na escola, com vistas a compreender a influência das políticas públicas na formação de leitores literários. Para alcançar os objetivos da pesquisa, utilizou-se da metodologia qualitativa, tendo como procedimento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica em fontes secundárias nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo, a fim de identificar estudos realizados a partir dos editais do PNLD Literário com enfoque na concepção de literatura infantil. Para a coleta de dados, buscou-se, nas bases de dados as seguintes palavras-chave utilizando operadores booleanos com o intuito de filtrar os resultados de modo que esteja de acordo com a delimitação que a pesquisa propõe: “PNLD Literário” AND “concepção de literatura infantil”; “PNLD Literário” AND edital; “PNLD Literário” AND “formação de leitores”; e “PNLD Literário” AND “ensino fundamental”. Além disso, a busca foi refinada entre os anos de 2018 a 2022, visto que são os anos de vigência do Programa. Em seguida, o procedimento de análise de dados consistiu em identificar, nos trabalhos encontrados na etapa anterior, as análises relacionadas aos critérios de seleção das obras presentes nos editais do PNLD Literário e compará-las às concepções de literatura infantil trazidas no referencial teórico, refletindo sobre a formação do leitor literário e a influência das políticas públicas nesse processo. Após a análise dos dados, conclui-se que a literatura infantil adotada pelo PNLD Literário é a literatura que estimula o desenvolvimento intelectual do aluno, uma literatura voltada para o conhecimento, que possibilita ao aluno criar novas relações e interpretações. A literatura infantil selecionada pela equipe do PNLD Literário pode contribuir para a formação do leitor literário, pois, apesar de considerar a faixa etária dos alunos na seleção das obras, respeita as diferenças individuais de cada um, analisando as obras de forma que possibilitem a interação com o leitor em sua totalidade, além de buscar considerar as características socioculturais dos alunos, o que torna a literatura mais próxima deles, ajudando a despertar no aluno a vontade de ler. Este estudo pode ser utilizado por professores do Ensino Fundamental, para refletir sobre a formação do leitor literário, uma vez que as políticas públicas influenciam esse processo.

**Palavras-chave:** Literatura Infantil; Programa Nacional do Livro e do Material Didático; Formação de leitores.

## **ABSTRACT**

The objective of this study is to identify the concept of Children's Literature present in the Literary PNLD, which makes it possible to compare the criteria for evaluating and selecting the literary works of PNLD's Literary Edicts with the concepts of Children's Literature based on the theoretical reference, in order to reflect on the relationship between the concepts of Children's Literature of the Edicts and the formation of the literary reader in school, aiming at understanding the influence of public policies on the formation of literary readers. In order to achieve the objectives of the research, qualitative methodology was used, having as a procedure for collecting data the bibliographic research in secondary sources in the Google Scholar and Scielo databases, in order to identify studies carried out from the Edicts of PNLD with a focus on the concept of children's literature. For data collection, the following keywords were searched in the databases using Boolean operators in order to filter the results so that they are in accordance with the delimitation that the research proposes: "Literary PNLD" AND "concept of children's literature"; "Literary PNLD" AND edict; "Literary PNLD" AND "reader formation"; and "Literary PNLD" AND "elementary school". In addition, the search was refined between the years 2018 and 2022, as these are the years of the Program's validity. Then, the procedure for data analysis consisted in identifying, in the works found in the previous stage, the analyses related to the criteria for selecting works present in the Edicts of PNLD and comparing them to the concepts of Children's Literature brought in the theoretical reference, reflecting on the formation of the literary reader and the influence of public policies in this process. After analyzing the data, it was concluded that the children's literature adopted by the PNLD Literary is the literature that stimulates the intellectual development of the student, a literature aimed at knowledge, which allows the student to create new relations and interpretations. The children's literature selected by the PNLD Literary team contributes to the formation of the literary reader, because, despite considering the students' age group in the selection of works, it does not fail to respect the individual differences of each one, analyzing the works in a way that allows interaction with the reader in its entirety, in addition to considering the sociocultural characteristics of the students, which makes the literature closer to them, helping to awaken in the student the desire to read. This study can be used by elementary school teachers to reflect on the formation of the literary reader, since public policies influence this process.

**Keywords:** Children's Literature; National Textbook Program; Reader formation.



## **LISTA DE QUADROS E FIGURAS**

Quadro 1: Artigos levantados para análise.....	42
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FE	Faculdade de Educação
INL	Instituto Nacional do Livro
IPL	Instituto Pró-Livro
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNSL	Programa Nacional Salas de Leitura
Prouni	Programa Universidade para Todos
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UnB	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
Justificativas .....	16
Objetivo geral .....	17
Objetivos específicos .....	17
Metodologia .....	17
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	19
1.1 Literatura infantil .....	19
1.2 O surgimento da literatura infantil .....	21
1.3 O surgimento da literatura infantil no Brasil .....	24
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	28
A literatura infantil e a formação do leitor literário .....	28
2.1 A formação do leitor literário na escola e o papel do professor mediador .....	29
2.2 Políticas públicas de fomento à leitura .....	33
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	36
O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) Literário .....	36
3.1. Os dados e as análises da pesquisa .....	36
3.1.1 Levantamento dos critérios de avaliação e seleção do PNLD Literário 2023 .....	37
3.1.2 PNLD Literário 2018 .....	42
3.2 Consolidação da pesquisa .....	46
<b>Considerações Finais</b> .....	49
<b>Referências</b> .....	51

## MEMORIAL

O meu nome é Kamila Marques da Silva, tenho 23 anos e sou natural de Ceilândia, no Distrito Federal, lugar onde vivi durante a maior parte da minha vida e frequentei todos os anos da educação básica. Também foi onde teve início a minha admiração pela área educacional, ainda no começo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, perdurando até o momento de decisão do curso superior ao final do Ensino Médio.

Esse fato se deve à alegria que eu sentia em estar na escola desde o meu ingresso na Educação Infantil, que ocorreu em 2003, aos três anos de idade, na rede particular de ensino. A instituição ficava localizada em frente à minha casa e me recordo de ficar na garagem, com antecedência, olhando a fachada da escola e esperando ansiosamente o horário da entrada. Lá, portanto, tive as minhas primeiras experiências de socialização com outras crianças e adultos fora do meu seio familiar. Paralelamente, em casa, eu aprendia as letras e a escrita de meu nome com o auxílio da minha mãe.

No ano seguinte, aos quatro anos de idade, fui matriculada em uma escola pública, assim como ocorreu no restante da minha jornada educacional, a qual frequentei no período de 2004 a 2010. Esses anos me marcaram positivamente e geraram as melhores memórias escolares que eu tenho.

Em 2006, no primeiro ano do Ensino Fundamental, manifestei, pela primeira vez, numa atividade do livro didático, quando perguntada acerca da profissão que eu gostaria de exercer no futuro, a minha vontade de ser professora. Esse desejo foi construído a partir das minhas vivências positivas no âmbito escolar: gostava de estar ali e de estudar, tinha facilidade em aprender, tinha uma boa relação com os colegas de turma e, principalmente, admirava a minha professora. Lembro-me do grande encantamento que tinha por ela e, portanto, gostaria de ser um dia para as pessoas, o que ela era para mim.

Essa fase escolar foi marcada por muitos estudos e diversão. Recordo-me de várias idas à biblioteca para pegar livros emprestados, das diversas redações escritas, dos ditados em que era desafiada com novas palavras, das primeiras dificuldades em solucionar problemas matemáticos, das descobertas nas aulas de ciências, dos filmes assistidos na sala de vídeo toda semana, da monitoria que eu frequentemente realizava no recreio e das brincadeiras no pátio e no parquinho. Sinto-me muito grata pelas ricas

experiências na minha infância e por ter tido professoras tão dedicadas e amorosas que me ensinaram, apoiaram, incentivaram e, principalmente, influenciaram na escolha da profissão.

Em 2011, mudei de escola devido à passagem para os anos finais do Ensino Fundamental e lá permaneci até 2014. Esses anos foram mais difíceis devido às transformações que a adolescência proporciona. Dessa forma, a escola já não era mais um lugar em que eu me sentia completamente à vontade. Entretanto, isso não impediu que continuasse a gostar de estudar. Segui sendo uma estudante esforçada e me mantive como aluna destaque a cada bimestre. Nessa escola, também tive a oportunidade de conhecer professores incríveis e sensíveis que me mostraram que a educação e a escola têm funções que vão muito além dos conteúdos a serem aprendidos. Além disso, vivi amizades de maneira intensa, de modo que uma delas se mantém até hoje.

Já em 2015, em uma nova escola, dessa vez no Ensino Médio, resgatei, por influência da minha amiga, o costume de frequentar a biblioteca escolar. Assim, o gosto pela leitura, adormecido por um tempo, ressurgiu em mim e a biblioteca tornou-se o local em que mais gostava de ficar. A leitura, além de ter me levado para outros mundos, épocas e realidades, me auxiliou no desempenho escolar, já que, como consequência inesperada, comecei a ter mais facilidade em gramática, interpretação e produção textuais.

Durante o segundo e o terceiro ano do Ensino Médio, a escola teve como foco proporcionar oportunidades para que os estudantes conhecessem diferentes cursos de licenciatura, bacharelado e tecnólogo, organizando semanas universitárias e providenciando visitas tanto a faculdades privadas, quanto à Universidade de Brasília (UnB). Apesar de avaliar novas opções, a docência e, mais especificamente, a Pedagogia, continuava a ser a minha primeira opção.

Em meio às visitas às instituições e à pressão para ingressar no Ensino Superior, me vi perdida em relação ao local que iria estudar, porque existia uma forte influência por parte dos professores, para que os estudantes tentassem ingressar na UnB, mas a distância da minha casa até o campus Darcy Ribeiro era algo que me preocupava. Por causa desse período de incertezas, não me inscrevi na terceira etapa do Programa de Avaliação Seriada (PAS) e, conseqüentemente, fui desclassificada.

Inicialmente, decidi prestar vestibular para Pedagogia em uma faculdade privada e assim o fiz. Realizei a prova no final de semana anterior ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o resultado saiu próximo ao seu segundo dia de prova, quando

teria que resolver as questões de Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias, áreas que eu tinha menos facilidade. Essa proximidade foi bastante vantajosa, visto que a aprovação no vestibular me deu a tranquilidade que eu precisava para a prova que eu mais temia, visto que, naquele momento, tinha um plano B caso não fosse aprovada no Programa Universidade Para Todos (Prouni) ou no Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

No ano seguinte, após finalizar o Ensino Médio e ter a certeza de que realmente queria cursar Pedagogia, realizei, primeiramente, a minha inscrição no Prouni para outra instituição privada e fui selecionada em segundo lugar para uma bolsa de estudos integral. Entretanto, não efetuei a matrícula, visto que, posteriormente, ao resolver voltar atrás nas minhas escolhas acerca do local em que gostaria de estudar, me inscrevi no Sisu para concorrer a uma vaga na UnB, e fui aprovada.

Ao ingressar no curso de graduação, descobri, aos poucos, as várias nuances da área educacional de uma maneira que nunca havia notado antes. Dessa forma, confesso que, após tomar a minha decisão baseada apenas nas minhas experiências como estudante, a realidade de como pode ser o exercício da docência me assustou e me fez questionar a minha escolha em alguns momentos.

Entretanto, todas as vezes em que tive a oportunidade de estar em sala de aula com as crianças, todas as minhas dúvidas e os meus medos se dissiparam. Foi muito gratificante poder me redescobrir durante toda a minha graduação, tanto em momentos como esses, em que conseguia me sentir feliz e satisfeita com a minha escolha, apesar dos desafios da profissão, como nas aulas da Faculdade de Educação (FE), onde pude descobrir um novo mundo e enxergá-lo a partir de uma nova ótica.

No início de 2020, porém, com a pandemia da Covid-19, os estudos da maneira que conhecia foram completamente modificados. Os trabalhos em grupo com direito a risadas, o contato direto com professores e colegas e as conversas durante os intervalos na varanda da FE deixaram de existir. Dessa forma, tomada pelo medo de um vírus altamente transmissível e isolada da sociedade tive, nas aulas remotas, o meu refúgio, pois era o único momento em que eu podia interagir com pessoas de fora do meu círculo familiar. Apesar disso, considero que foi extremamente desafiador realizar quatro semestres e um estágio distante de tudo e de todos, e também triste voltar às aulas presenciais distante dos velhos colegas devido ao estágio avançado do curso em que todos já se encontravam, dificultando cursar disciplinas em comum.

De modo geral, a minha experiência na UnB foi engrandecedora e me oportunizou ampliar os meus horizontes graças às discussões em sala de aula, pesquisas em projetos e contato com professores tão dedicados que conseguiam promover reflexões importantes. Por isso, considero a minha passagem pela universidade um marco na minha história: existe uma Kamila antes da Pedagogia, e uma nova nessa reta final, com sede de colocar todas as aprendizagens em prática.

## INTRODUÇÃO

A literatura infantil é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento integral da criança. Além de estimular a imaginação e a criatividade, a leitura de histórias infantis ajuda a desenvolver habilidades linguísticas, emocionais e sociais. A partir dos livros, as crianças aprendem valores, se relacionam com personagens e experimentam situações novas, ampliando seus conhecimentos e enriquecendo sua visão de mundo. Nesse sentido, ela é uma forma essencial de aprendizado e desenvolvimento para as crianças. Além de ser uma fonte de entretenimento, ela oferece às crianças uma ampla variedade de conhecimentos, desde valores éticos e morais até informações sobre o mundo que os cerca.

Através da leitura de histórias e livros infantis, as crianças são estimuladas a imaginar, a sonhar e a explorar o mundo que as rodeia. Elas também aprendem sobre a vida, sobre as relações interpessoais, sobre o amor, sobre a empatia e sobre muitos outros assuntos importantes. Além disso, a literatura infantil ajuda a desenvolver a concentração, a memória e a imaginação das crianças, sendo uma ferramenta de aprendizado, pois ajuda esses sujeitos a se conhecerem melhor e a compreenderem as suas emoções. Ela fornece um espaço seguro e acolhedor para que experimentem e expressem suas emoções, algo fundamental para o seu desenvolvimento emocional e psicológico.

Por ser uma das mais valiosas fontes de aprendizado e desenvolvimento para as crianças, ela oferece uma forma divertida e lúdica de aprender sobre o mundo e sobre si mesmas, e é, sem dúvida, uma parte fundamental de qualquer infância feliz e realizada. Diante disso, estudar, entender as dinâmicas da literatura infantil representa sempre um estímulo que move todos que se interessam pelo papel da leitura no mundo e esse é o foco da pesquisa aqui realizada.

Para atender aos objetivos propostos, o presente trabalho se divide em quatro seções. Na primeira, ou capítulo 1, apresentamos as considerações iniciais, tendo como foco a concepção de literatura infantil, a partir de uma revisão de literatura que se constitui como fundamento teórico para o desenvolvimento do tema e a metodologia utilizada na pesquisa. Na segunda seção, capítulo 2, explicitamos a literatura infantil, trazendo como referência uma revisão de literatura sobre a formação do leitor literário e a importância da literatura para esse processo. Na terceira seção, capítulo 3, apresentamos o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) Literário,



destacando as ações realizadas desde sua criação, os objetivos, os critérios de seleção das obras literárias e os resultados obtidos com o programa. Por fim, na quarta e última seção, considerações finais, apresentaremos a análise dos dados, em que serão analisados os critérios de seleção das obras literárias presentes nos editais do PNLD Literário, comparando com a concepção de literatura infantil trazida no referencial teórico, fazendo uma reflexão sobre a formação do leitor literário e a influência das políticas públicas nesse processo.

### **Justificativas**

A justificativa para a pesquisa se concentra, sobretudo nos benefícios de se trabalhar com literatura infantil nas aulas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Entre eles, por exemplo, pode-se citar:

1. A literatura infantil ajuda na formação de um aluno mais crítico (FLECK, 2008). Com esse tipo de literatura, o aluno aprende a ter um pensamento crítico e a questionar o que é lido ou ouvido. É levado a pensar sobre a história, a personagem e a situação apresentada, o que ajuda na tomada de consciência de seu papel como responsável pelas suas escolhas.

2. Ajuda, ainda, na formação de um aluno mais criativo (ONESTI, 2014). Ou seja, ao desenvolver sua criatividade, ele é incentivado a criar suas próprias histórias e personagens, além de ampliar sua capacidade de interpretar os personagens apresentados na literatura.

3. Pode-se dizer, também, que a literatura infantil ajuda na formação de um aluno mais sensível (MARTINS, 2011), aprendendo a ter empatia pelos personagens, o que o ajuda a desenvolver a sua sensibilidade, aprendendo a se colocar no lugar do outro, o que o auxilia a ter mais compaixão pelos seus colegas e pelas pessoas ao seu redor.

4. A literatura infantil ajuda na formação de um aluno mais solidário (VELOSO, 2001). Nesse sentido, aprende a ter solidariedade pelos personagens, o que o ajuda a ser mais solidário com todos que estão à sua volta.

5. Nota-se, também, que o aluno que lê inicialmente esse tipo de literatura se torna mais flexível em função do exercício da sua própria tolerância pelos personagens, ampliando sua tolerância no mundo real.

6. A literatura infantil ajuda, também, na formação de um aluno mais responsável (VIEIRA, 2012), uma vez que o estudante aprende a ter responsabilidade com os personagens, o que possibilita uma melhor interação com o mundo dos estudos e na sociedade como um todo.

Diante de todos esses ganhos, ampliar o conhecimento sobre a literatura infantil, seus papéis sociais, os benefícios emocionais, as diversas concepções que se tem sobre ela, representa uma possibilidade de ampliação do conhecimento sobre a temática. Assim, a seguir, são delimitados os objetivos da pesquisa.

### **Objetivo geral**

- Identificar e analisar a concepção de literatura infantil presente no PNLD Literário.

### **Objetivos específicos**

- Compreender a influência do PNLD Literário na formação de leitores literários;
- Comparar os critérios de avaliação e de seleção das obras literárias dos editais do PNLD Literário com as concepções de literatura infantil, tendo como suporte o referencial teórico;

### **Metodologia**

A pesquisa utiliza o enfoque da metodologia qualitativa, na qual se realizou um estudo bibliográfico. Para alcançar os objetivos da pesquisa, procedeu-se à geração de dados por pesquisa bibliográfica em fontes secundárias nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo, a fim de identificar estudos realizados a partir dos editais do PNLD Literário com enfoque na concepção de literatura infantil e em fonte primária, como a análise documental do edital de convocação de inscrição do PNLD Literário.

Segundo Apolinário (2011), a estratégia de coleta de dados na pesquisa bibliográfica consiste na utilização, apenas, de fontes documentais (livros, revistas, documentos legais, arquivos em mídia eletrônica, etc.). Para Reis (2008), a pesquisa

bibliográfica é a técnica de pesquisa mais simples, uma vez que explica uma questão e se baseia apenas em contribuições secundárias, ou seja, informações e dados retirados de livros comumente lidos e de referência, revistas impressas e virtuais, materiais audiovisuais, entrevistas, documentos, etc. De vários autores que tratam dos temas escolhidos para o estudo. Portanto, isso identifica adequadamente o tipo de pesquisa aqui realizado.

Para a coleta de dados, buscou-se, nas bases de dados, as seguintes palavras-chave utilizando operadores booleanos com o intuito de filtrar os resultados, de modo que estivesse de acordo com a delimitação que a pesquisa propunha: “PNLD Literário” AND “concepção de literatura infantil”; “PNLD Literário” AND edital; “PNLD Literário” AND “formação de leitores”; e “PNLD Literário” AND “ensino fundamental”. Além disso, a busca foi refinada entre os anos de 2018 a 2022, visto que são os anos de vigência do Programa.

Em seguida, o procedimento de análise de dados consistiu em identificar, nos trabalhos encontrados na etapa anterior, as análises relacionadas aos critérios de seleção das obras presentes no edital do PNLD Literário do ano de 2018 e compará-los com o edital PNLD/Literário 01/2021 que está em vigência atualmente para a seleção de obras literárias para o ano de 2023. O objetivo da análise é identificar as concepções de literatura infantil a partir das ideias trazidas no referencial teórico, refletindo sobre a formação do leitor literário e a influência das políticas públicas nesse processo.

## **CAPÍTULO 1**

### **Considerações iniciais**

Como fundamentação teórica, apresentamos uma revisão de literatura sobre a literatura infantil como suporte para a análise dos dados da pesquisa, bem como a metodologia utilizada na pesquisa.

#### **1.1 Literatura infantil**

A literatura infantil se destina à leitura de crianças, desde bebês e pré-escolares até jovens adultos, com ilustrações que podem ser verbais, pictóricas, plásticas, fotográficas, cinematográficas, sonoras, gráficas e outras, permitindo ao leitor interagir com a literatura. Pode-se apontar, ainda, que é uma literatura que cria relações, não só literárias, mas, também, de ordem social e psicológica, gerando um mundo de representações, possibilitando que o leitor conheça o mundo, construa o seu mundo interior, se reconheça como ser social, possibilitando que o leitor crie novas relações e interpretações.

Com base na literatura infantil, pode-se trabalhar o lúdico, o imaginário, o social, o psicológico, o cognitivo, entre outros aspectos. Uma das possibilidades mais promissoras do uso da literatura infantil representa a criação de brincadeiras em que o conhecimento sobre determinada história, será o diferencial para a construção de regras, e até mesmo, para o avanço adequado no brincar.

De acordo com Costa (2013), o termo “literatura” foi empregado, a partir do final do século XVIII, para distinguir e classificar textos de escrita imaginativa e foi com a obra: “Sobre a literatura considerada em suas relações com as instituições sociais” que Madame de Staël

Mostrou como os textos científicos, ocupados em descrever a realidade e apoiados no raciocínio lógico, diferem dos literários, dedicados a construir uma realidade paralela e apoiados na imaginação. Essa distinção entre pensamento lógico e imaginação será retomada continuamente ao longo dos séculos que se seguiram. Convertem-se numa espécie de verdade: o literário traz a marca da invenção e da quebra de padrões de escrita e de representação do mundo e do homem. Já a ciência procura na precisão, na comprovação, nas relações necessárias entre causas e efeitos explicar o modo como a noção de realidade se constrói nos seres humanos (COSTA, 2013, p. 16).

Dessa forma, a especificidade da literatura está relacionada com "a arte da palavra, com a estética e com o imaginário" (COSTA, 2013, p. 16). Portanto, a literatura infantil, enquanto um gênero destinado ao público infantil, deve conter esses elementos que a caracterizam como arte literária.

Costa (2013) defende que a criação literária, independente do público ao qual se destina, atende alguns critérios que definem a natureza da literatura e é a partir deles que é possível definir procedimentos metodológicos que resultem em estratégias adequadas para a formação de leitores na escola. Assim, "quando um escritor cria um texto literário, ele se preocupa com a forma do que será escrito, e não apenas com o conteúdo. Na literatura infantil, sobretudo, o elemento imaginativo é fundamental. É ele que dá vida à história" (ANDRADE, 2014, p. 5).

Desse modo, é importante que os componentes da literatura infantil sejam compreendidos, a fim de que não sejam confundidos com textos não literários, e que não sejam delegados aos textos literários apenas funções a eles não inerentes, deixando de lado aspectos importantes do ato da leitura, como a fruição.

Por trás da definição de literatura está um ato de seleção e exclusão, cujo objetivo é separar alguns textos, escritos por alguns autores do conjunto de textos em circulação. Os critérios de seleção, segundo boa parte dos críticos, é a literariedade imanente aos textos, ou seja, afirma-se que os elementos que fazem de um texto qualquer uma obra literária são internos a ele e dele inseparáveis, não tendo qualquer relação com questões externas à obra escrita, tais como o prestígio do autor ou da editora que o publica, por exemplo (ABREU, 2006, p. 39 apud COSTA, 2013, p. 19).

O esclarecimento desses critérios é importante, sobretudo, em sala de aula, visto que a escola cumpre, historicamente, um papel de destaque na formação de leitores e como meio de acesso aos livros pelas crianças e jovens e deve ter a responsabilidade de apresentar obras com qualidade literária. Para Zilberman (2003),

a literatura infantil [...] é levada a realizar sua função formadora, que não se confunde com uma missão pedagógica. [...] Aproveitada em sala de aula na sua natureza ficcional que aponta a um conhecimento de mundo, e não enquanto súdita do ensino de boas maneiras (de se comportar e ser ou de falar e escrever), ela se apresenta como o elemento propulsor que levará a escola à ruptura com a educação contraditória e tradicional (ZILBERMAN, 2003, p. 25 apud COSTA, 2013, p. 21).

A instituição escolar precisa, então, se atentar ao caráter formador da literatura infantil sem, no entanto, confundi-la com um instrumento pedagógico, como foi feito no seu surgimento na escola.

## **1.2 O surgimento da literatura infantil**

O adjetivo “infantil”, ao determinar o substantivo “literatura”, o particulariza de modo que o texto é escrito para a criança e deve ser lido por ela. Entretanto, é o adulto que escreve, divulga e compra. Assim, a especificidade da literatura infantil é marcada por essa assimetria (CADEMARTORI, 2010).

Desse modo, a definição de literatura infantil “não independe da concepção que a sociedade tem da criança e de seu entendimento do que seja infância” (CADEMARTORI, 2014). Logo, infere-se que a literatura infantil está diretamente ligada à maneira com que os adultos enxergam as crianças e as infâncias em uma determinada época e sociedade, visto que as mudanças que ocorrem de um período para outro influenciam a sua organização e os seus ideais.

Por isso, de acordo com Zilberman (2012), para que haja a conceituação da literatura infantil, é necessário considerar o contexto histórico de seu surgimento, visto que, além do gênero ter sua origem determinada cronologicamente, tem o seu aparecimento determinado pelas exigências da época. Em vista disso, a autora expõe importantes fatores sociais que influenciaram o surgimento de um gênero literário voltado para as crianças, sendo eles a mudança do conceito de família ao longo dos séculos após o final da Idade Média, e, conseqüentemente, o conceito de infância.

Zilberman (2012) explicita que, com a decadência do feudalismo, houve o desengrenamento dos laços de parentesco que respaldavam esse sistema, baseado na centralização de um grupo unido por elos de sangue, favores, dívidas ou compadrio sob a proteção do senhor feudal. Dessa maneira, nasceu o conceito de estrutura unifamiliar privada dedicada à preservação dos filhos e do afeto interno, se desvinculando de compromissos estreitos com o grupo social.

Essa nova estrutura familiar tinha como valores: a primazia da vida doméstica, fundada no casamento e na educação dos filhos; a importância do afeto e da solidariedade entre si; e a privacidade e o intimismo como condições de uma unidade familiar (ZILBERMAN, 2012). Portanto, as relações familiares deixaram de ser

pautadas apenas em interesses grupais e passaram a ser baseadas na privacidade de um núcleo menor.

Em consequência da mudança na estrutura familiar e seus valores, mudou também a forma como a sociedade enxergava as crianças. Durante a Idade Média, inexistia o conceito de infância, tendo os pequenos as mesmas responsabilidades que as pessoas adultas: testemunhavam os processos naturais da existência (nascimento, doença e morte), participavam da vida pública (política), das festas, das guerras, entre outras atividades (RICHTER, 1977 apud ZILBERMAN, 2012).

Entretanto, de acordo com Stone (1979 apud ZILBERMAN, 2012), eram tratadas frequentemente de forma negligenciada e brutal, e os adultos tinham uma relação de hostilidade e suspeita entre si, com raro afeto. Dessa forma, com as alterações nas estruturas sociais ocorridas juntamente com o contexto político, alterou-se também o papel da criança na sociedade.

Stone (1979 apud ZILBERMAN, 2012) identifica dois momentos diferenciados nesse processo: o primeiro, no século XVII, em que a família era fortemente patriarcal e sofria influência do protestantismo, em que os pastores entendiam as crianças como indivíduos a serem domados pela educação religiosa rígida. Nesse período, então, já havia um interesse pela criança, acarretando a edição dos primeiros tratados da pedagogia escritos por protestantes ingleses e franceses.

Ainda de acordo com o autor, no segundo período, no século XVIII, é dada às mulheres e às crianças uma maior liberdade, de modo que a família exibe uma imagem de parceria interna, dominada pelo calor afetivo. Assim, há a passagem completa da infância ao centro das atenções, com um status especial distinto dos adultos e com suas instituições próprias, como as escolas, e seus circuitos de informações próprios, dos quais os adultos tentaram excluir conhecimentos sobre temas como a morte e o sexo.

Porém, é importante salientar que essas modificações não ocorreram de forma igualitária com todos os grupos sociais. As crianças da classe proletária não tiveram a sua estrutura familiar modificada na mesma velocidade e nem com a mesma intenção: enquanto para a classe burguesa as crianças tinham o núcleo familiar bem definido e com a educação escolar aliada às perspectivas de um futuro profissional, as crianças de classe social não dominante trabalhavam e tinham na escola o objetivo de formação de mão de obra (ZILBERMAN, 2012). Portanto, a divisão das esferas sociais marcou as diferenças que acompanharam as transformações do papel das crianças na sociedade naquele período e impactaram diretamente na educação formal que tinham acesso.

Dessa forma, a autora enfatiza que essa diferença influenciou na relação da criança com a sociedade: enquanto a criança burguesa estava mais envolvida em seu núcleo familiar e à parte do convívio social, a criança da classe proletária que precisava trabalhar tinha maior contato com o mundo (ZILBERMAN, 2012). Assim, a escola, ao fazer o papel de ligar a criança ao mundo, mantinha sua lógica pautada na burguesia e nas suas necessidades.

A escola, então, teve como papel inserir a criança na vida adulta e, por causa do novo olhar para elas como pessoas frágeis e dependentes, protegê-las contra agressões do mundo exterior (ZILBERMAN, 2012). Percebe-se, por conseguinte, que a noção de infância passou a ser desenhada na perspectiva da formação para a fase adulta, sendo esse período visto como um “vir a ser” a partir dos ideais que os adultos julgavam corretos.

Dessa maneira, a escola se moldou, a fim de manter a norma vigente da classe dominante, a burguesa, que sonhou o direito de expressão das crianças e controlou os conhecimentos e seus meios de manifestação a partir da ótica adulta (ZILBERMAN, 2012). Para que isso ocorresse, encontrou na literatura um instrumento para transmitir a visão dos adultos do mundo, que poderia os substituir quando as crianças não estivessem atentas às suas ordens, ocupando a lacuna que surge no momento de lazer e fantasia, quando os mais velhos não estão autorizados a interferir (ZILBERMAN, 2012).

Em vista disso, Zilberman (2012) destaca que, nessa medida, a obra literária pode reproduzir o mundo adulto pelo narrador que censura a ação dos personagens infantis; pela veiculação de conceitos e padrões comportamentais relativos aos valores sociais aceitos; e pela utilização de uma norma linguística ainda não atingida pelo leitor, devido a falta de experiência. Em seguida, a autora conclui que esses fatores estruturais de um texto ficcional - narrador, visão de mundo e linguagem - podem-se converter no meio através do intermédio dos adultos, inculcando a sua ideologia.

Zilberman (2012), expõe que o problema da literatura com um texto com a intenção moralizante e como um manual de instruções se agrava quando há a sua introdução na instituição escolar, visto que as forças se conjugam no projeto de doutrinar as crianças ou seduzi-las com a imagem de sociedade desejada, onde são dependentes dos adultos, dos quais têm os valores a seu favor.

Assim, o caráter formador da literatura infantil esteve vinculado desde a sua origem com objetivos pedagógicos, que criou uma tensão entre o saber da obra literária,



que faz uma apresentação do mundo, e o ideal da pedagogia, que diz como o mundo deve ser (CADEMARTORI, 2010).

A literatura, portanto, quando inserida na escola, corroborou para que o seu uso fosse ligado à viabilização dos ensinamentos convergentes à moral e aos costumes esperados na nova forma de organização da sociedade. Porém, Zilberman (2012) destaca que a proposta de retirar a literatura infantil do âmbito escolar é radical, e deve-se, pelo contrário, ser utilizada como meio para dar voz às crianças. A autora reflete que, por meio da literatura infantil, os adultos e as crianças, juntos, como um gesto de rebeldia, podem inverter a situação e utilizá-la para a emancipação do controle exercido pelo sistema.

### **1.3 O surgimento da literatura infantil no Brasil**

A literatura infantil no Brasil, assim como na Europa, surgiu em um contexto marcado por mudanças sociais. No século XIX, a literatura para crianças era importada, ou seja, não havia produção literária brasileira destinada a esse público. Além disso, a tradução para a língua portuguesa era realizada em Portugal. Dessa forma, esses fatos, aliados à ausência de editoras no país, que impossibilitava os autores brasileiros de terem seus livros impressos no Brasil, tornavam a literatura dispendiosa e elitista (ANDRADE, 2014).

Foi nesse período que a família real portuguesa se estabeleceu no Brasil e, com o intuito de preparar a colônia brasileira para ser a nova sede de Portugal, fez com que inúmeras áreas se desenvolvessem, incluindo a cultura e a produção de conhecimento. Assim, a atividade editorial no país teve início em 1908 com a implantação da Imprensa Régia, que possibilitou a tradução e a publicação de livros voltados para o público infantil, como a coletânea *Leitura para meninos*, organizada por José Saturnino, que "encontrou seu público entre crianças que aprendiam a ler, assimilavam padrões morais e estudavam conteúdos de disciplinas curriculares, como geografia, cronologia, história de Portugal e história natural" (ZILBERMAN, 1996, p. 16 apud ANDRADE, 2014, p. 22), e *As aventuras pasmosas, do Barão de Münchhausen* (ANDRADE, 2014).

De acordo com Andrade (2014), os primeiros esforços para uma literatura infantil genuinamente brasileira nasceram entre o final do século XIX e o início do século XX em um contexto social e cultural marcado pela rápida urbanização do país e

pela variedade da literatura brasileira com os poemas parnasianos e nos textos em prosa que teciam críticas à burguesia e expunham a vida de maneira que não a idealizava.

Desse modo, em paralelo com a forma como ocorreu na Europa, o cenário que favoreceu a consolidação da literatura infantil no Brasil foi marcado pelo contexto de consolidação de classes sociais (aristocracia rural - os barões do café, e a alta burguesia - os industriais) que tornava favorável o consumo de bens, visto o caráter elitista do livro enquanto mercadoria. Portanto, o consumo de livros estava associado a uma idealização da cultura europeia (ANDRADE, 2014) e dizia respeito a um "padrão de escolarização e cultura com que esses novos segmentos sociais desejam apresentar-se frente a outros grupos com os quais buscam ou a identificação ou a diferença" (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 27 apud ANDRADE, 2014, p. 24).

Andrade (2014), enfatiza que as mudanças sociais e econômicas que ocorreram no Brasil tinham como o foco agrandar as elites em detrimento da exclusão da população negra que, após a abolição da escravidão, não foi inserida na sociedade economicamente ativa. Essa situação implicou diretamente na literatura infantil e nos seus objetivos, visto que o modelo burguês favorecia o consumo e a aquisição de bens culturais e, conseqüentemente, tornava o conhecimento em um bem de consumo.

A partir disso, passou-se a acreditar que “o saber é um diferenciador social e, portanto, a instrução, a alfabetização e a educação tornam-se urgentes. As escolas ganham um novo valor” (ANDRADE, 2014, p. 25). Assim, “Literatura e Pedagogia desenvolveram-se fortemente unida” (COELHO, 2010, p. 220), fazendo crescer a preocupação acerca dos livros direcionados às crianças na escola, como explicitam Lajolo e Zilberman:

Nas lamentações da ausência de material de leitura e de livros para a infância brasileira, fica patente a concepção, bastante comum na época, da importância do hábito de ler para a formação do cidadão, formação que, a curto, médio e longo prazo, era o papel que se esperava do sistema escolar que então se pretendia implantar e expandir (1999, p. 27 apud ANDRADE, 2014, p. 25).

Para que fosse realizada essa formação cidadã, “havia uma necessidade urgente de materiais escolares que fossem feitos por e para brasileiros, cujos temas tivessem como pauta o nacional, isto é, a pátria, a cultura e o sentimento do brasileiro” (ANDRADE, 2014, p. 25). A partir disso, “graças à escola, que necessitava de literatura para ensinar bons hábitos e valores, autores como Olavo Bilac, Coelho Neto, Manoel

Bonfim e Tales Andrade passaram a ter seus livros publicados” (ANDRADE, 2014, p. 25).

Consequentemente, os primeiros livros literários para o público infantil continham essas características, pois se visava “uma educação orientada para a consolidação dos valores do Sistema herdado (= mescla de feudalismo, aristocratismo, escravagismo, liberalismo e positivismo)” (COELHO, 2010, p. 223). Esse sistema educacional tinha quatro pilares:

1 Nacionalismo: preocupação com a língua portuguesa falada no Brasil; preocupação de incentivar nos novos entusiasmo e dedicação pela pátria; o culto das origens e o amor pela terra (com ênfase na vida rural e, consequentemente, idealização da vida do campo, em oposição à vida urbana).

2 Intelectualismo: valorização do estudo e do livro, como meios essenciais de realização social - meios que permitiriam a ascensão econômica através do Saber.

3 Tradicionalismo cultural: valorização dos grandes autores e das grandes obras literárias do passado, como modelos da cultura a ser assimilada e imitada.

4 Moralismo e religiosidade: exigência absoluta de retidão de caráter, honestidade, solidariedade, fraternidade, pureza de corpo e alma, dentro dos preceitos cristãos. (COELHO, 2010, p. 223-224).

Dessa forma, nota-se que a expansão da literatura infantil no Brasil tem semelhanças com o seu surgimento na Europa em relação aos seus objetivos moralizantes e ao âmbito escolar como espaço que viabilizou a utilização da literatura como instrumento para a construção da sociedade almejada.

Posteriormente, no século XX, houve uma ruptura nessa concepção de literatura a partir das publicações de Monteiro Lobato que, de acordo com Andrade (2014, p. 29), foi “um ‘divisor de águas’, separando o que era produzido antes e o que se passou a produzir em termos de literatura para crianças no Brasil”. Com a obra “Narizinho Arrebitado”, em 1921, o autor modificou os paradigmas das publicações dos livros no Brasil e deu início a uma nova fase literária brasileira (ANDRADE, 2014).

As suas obras tinham como características a junção de elementos da realidade e da fantasia, a abordagem da cultura nacional e a representação do meio rural, fazendo com que o propósito da literatura infantil se libertasse dos moralismos e nacionalismos da época (ANDRADE, 2014). Dessa maneira, distinguiam-se do caráter pedagógico que era fortemente presente nas histórias infantis até então.

Portanto, ao analisar o breve panorama do surgimento da literatura infantil no Brasil, é possível notar a existência de uma contraposição na concepção de literatura: de um lado está uma visão utilitária, que tem como objetivo primário da leitura a consolidação de ensinamentos éticos, morais, comportamentais, cívicos, dentre outros que sejam pertinentes às finalidades atribuídas ao livro; do outro lado, está a literatura que é entendida, acima de tudo, como arte e que prioriza elementos imaginativos com qualidade narrativa, linguística e de imagem que proporcionem uma leitura crítica, criativa, com diversidade e que, a partir desses elementos, sejam criados novos conhecimentos, opiniões e ideias de mundo e de si mesmo.

A concepção de literatura infantil influencia na escolha dos livros, visto que os critérios para realizá-la são definidos de acordo com o que acredita-se ser o papel da literatura em determinado contexto e com o tipo de leitor que deseja formar. Por isso, é necessário entendê-la de acordo com o contexto histórico-social, e, a partir disso, compreender os seus objetivos.

Desse modo, torna-se importante que a escolha dos livros que as crianças terão acesso na escola para a formação do leitor literário tenha critérios bem estabelecidos que permitam um acervo de qualidade desde o projeto gráfico, como o tamanho da letra, margem e espaçamentos adequados e variados tipos gráficos que exercem ampliação na expressividade da obra, entendendo que as crianças também se tornam leitoras das imagens, até o universo de referência do texto, que possibilite a ampliação de expectativas e referências ao favorecer o alcance novas informações e conceitos (CADEMARTORI, 2010).

## CAPÍTULO 2

### A literatura infantil e a formação do leitor literário

Candido (2011), ao discorrer sobre o direito à literatura, faz uma associação entre a luta pelos direitos humanos e a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis de cultura. Assim, ao refletir acerca das estratificações sociais e a sua influência no acesso à cultura e à arte, o autor defende que “o esforço para incluir o semelhante no mesmo elenco de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos” (CANDIDO, 2011, p. 175).

Dessa forma, Candido (2011) entende o direito à literatura, à arte, à crença, ao lazer e a opinião como bens incompressíveis, ou seja, que não podem ser negados a ninguém, tal como a alimentação, a saúde, a moradia e a instrução. A justificativa para a fruição da literatura se encaixar nesse conjunto, ao invés de ser considerada um bem compressível, se dá pelo entendimento de que ela está presente na vida dos seres humanos como algo indispensável, visto que

Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, causo, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco (CANDIDO, 2011, p. 176-177).

Por isso, conclui que a literatura corresponde a uma necessidade universal que precisa ser satisfeita, e essa satisfação constitui-se em um direito (CANDIDO, 2011). Todos, portanto, devem ter acesso aos livros e a sua fruição, não se restringindo apenas a algumas camadas da sociedade. Desse modo, um caminho importante para a democratização da leitura advém de políticas públicas de Governo, que procuram viabilizar o acesso aos livros de uma determinada parcela da população. Assim, os programas governamentais que distribuem livros às escolas ampliam as possibilidades de uma formação leitora.

Ao compreender o contexto e as nuances do surgimento da Literatura Infantil, nota-se a grande influência da instituição escolar na relação entre o livro e as crianças, visto que a sala de aula era o principal meio de acesso à leitura que os estudantes

possuíam. Atualmente, essa relação literatura-escola ainda é bastante forte devido a escola ser um dos principais ambientes em que as crianças têm acesso aos livros literários.

De acordo com a quinta edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil - 2019/2020 (FAILLA, 2021) realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL) com pessoas a partir de cinco anos de idade, 18% dos entrevistados alegaram ter acesso aos livros por meio de empréstimo em biblioteca escolar. Portanto, crianças que não têm o hábito de leitura ou não têm acesso à literatura em outros espaços que frequentam, conseguem ter contato com uma variedade de livros no ambiente da escola. Com a junção entre a disponibilidade de livros literários e o espaço educativo, torna-se viável e esperado que as crianças passem por um processo formativo que permita que se tornem leitores críticos, criativos e sensíveis ao mundo, a si mesmos e às outras pessoas.

Desse modo, há o entrelaçamento entre a formação de leitores literários que deve ocorrer no âmbito escolar, por ser um importante meio de levar a leitura aos jovens, e as políticas públicas de fomento à leitura, que proporcionam a viabilidade de uma formação leitora de qualidade aos alunos.

## **2.1 A formação do leitor literário na escola e o papel do professor mediador**

A formação do leitor literário depende de interações coletivas e perpassa diversos âmbitos sociais da vida de uma pessoa, como as convivências familiares, amistosas, religiosas e, também, escolares. Nessas últimas, o contato com a literatura está presente com a troca entre colegas, na biblioteca e na sala de aula com a mediação do professor.

De acordo com Costa (2013, p. 95), “a formação do leitor é atribuição primordial, prioritária e indiscutível da escola, à qual cabe muito maior responsabilidade do que cabe às outras instâncias sociais, como a Igreja e a família”. Sendo assim, é necessário que a escola esteja alinhada com essa atividade educativa de modo a não deixá-la como última opção em detrimento do cumprimento de um currículo escolar que priorize apenas aspectos conteudistas.

Para tal, é necessário entender a leitura como um processo ativo em que o leitor, ao mesmo tempo que é tocado pelo livro, é também um ator que age de forma interativa com os a obra literária a partir da sua interpretação, que tem relação direta com suas

vivências. Portanto, “ela proporciona ao leitor, o contato com o seu significado seguindo seu conhecimento de mundo, possibilitando assim, afirmar que todos, ao lerem o mesmo conteúdo, obterão compreensão e interpretação diversificadamente, ao interagir com o texto” (KRUG, 2015, p. 03).

A partir dessa interação com o texto, o indivíduo pode adentrar em outra realidade e refletir sobre as próprias experiências. Essa característica marca a leitura como “uma prática social, pela qual o sujeito, ao praticar o ato de ler, mergulha no processo de produção de sentidos, e esta tornar-se-á algo inscrito na dimensão simbólica das atividades humanas” (KRUG, 2015, p. 03). A prática da leitura, então, está interligada com o meio social e com as condições de vida que levam o leitor a ter sua vivência permeada de significados que fazem sentido para a sua realidade e a sua possível transformação.

As dimensões da leitura mostram que não se trata apenas de uma ação mecanizada de decodificação, mas de uma articulação entre o mundo e a palavra que está presente na experiência leitora haja vista que “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (FREIRE, 1989, p. 9). Desse modo, entendendo a leitura da palavra como sendo precedida pela leitura do mundo, que não se esgota na decodificação pura das palavras, mas se alonga na inteligência do mundo (FREIRE, 1989), e a correlação entre essa prática e o desenvolvimento de um pensamento crítico acerca dos elementos que cerceiam o leitor, tem-se na formação do leitor um ato político.

A leitura é, fundamentalmente, processo político. Aqueles que formam leitores – alfabetizadores, professores, bibliotecários – desempenham um papel político que poderá estar ou não comprometido com a transformação social, conforme estejam ou não conscientes da força de reprodução e, ao mesmo tempo, do espaço de contradição presentes nas condições sociais da leitura, e tenham ou não assumido a luta contra aquela e a ocupação deste como possibilidade de conscientização e questionamento da realidade em que o leitor se insere (LAJOLO, 1996, p. 28 apud KRUG, 2015, p. 5).

Portanto, fica evidente a importância dos educadores que, ao participarem do processo de mediação de leitura, tenham, na sua própria prática leitora, a consciência de todos os aspectos que envolvem essa atividade. Para Krug (2015), o professor mediador deve elaborar estratégias de forma consciente pela prática efetiva do ler, pois somente quem se relaciona com os livros de maneira preciosa poderá gerar novos bons leitores.

Essa consciência é importante para que a literatura infantil em sala de aula tenha seu espaço ocupado de maneira adequada, em que haja um novo e saudável diálogo entre o livro e seu destinatário mirim nesse espaço que é privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura (ZILBERMAN, 2012). Assim, é necessário se atentar às especificidades literárias nas atividades de leitura para que não ocorra um reducionismo de suas possibilidades.

Isso porque, para uma formação leitora de qualidade, é preciso diferenciar a leitura de livros de literatura, de outras leituras, como as científicas, informativas e filosóficas, também importantes, mas com outras intencionalidades. Assim, entendendo a necessidade de uma atenção para o tipo de texto que é escolhido para os estudantes, Cosson (2009, p. 32), reflete sobre como o livro aparece na escola:

Infelizmente, na maioria das escolas brasileiras, a biblioteca, quando existe, é sinônimo de sala do livro didático, não tem funcionários preparados para incentivar a leitura e apresenta coleções tão reduzidas e antigas que um leitor desavisado poderia pensar que se trata de obras raras.

Além disso, ressalta o cabedal de leituras do professor que, na posição de intermediário entre o estudante e o livro, indica as mesmas que leu quando tinha a mesma idade, o que faz com que determinados livros permaneçam no repertório escolar por décadas (COSSON, 2009). Dessa forma, é necessário que antigas práticas que não colaboram positivamente para o processo educativo sejam repensadas.

Andrade (2014), explicita que o professor precisa estar preparado, pois cabe a ele, em muitos momentos, a escolha dos livros a serem lidos. Portanto, alguns fatores são necessários:

ter conhecimento de um acervo literário representativo; dominar critérios estéticos de modo a discernir quais são as obras de valor; conhecer o conjunto literário destinado às crianças, com destaque para sua trajetória histórica, bem como os autores da atualidade de maior representatividade (tanto nacionais quanto estrangeiros); saber manipular técnicas e métodos de ensino da leitura (COSTA, 2007, p. 41-42 apud ANDRADE, 2014 p 36).

Além disso, a autora também lista mais uma série de características que são esperadas no professor que atua com a formação literária:

ciência dos interesses dos alunos; conhecimento dos textos clássicos e canônicos da literatura infantil, e também dos bons livros infantis publicados na atualidade, consciência filosófica sobre o ato de aprender e a respeito da educação contemporânea; convívio com a estética literária desprovido de



moralismos e preconceitos; predileção por textos inovadores e emancipatórios (ANDRADE, 2014, p. 40).

Desse modo, o fazer pedagógico do professor deve ser pautado no conhecimento da arte literária e no respeito às especificidades dos alunos. Uma prática comum em sala de aula é a leitura acompanhada de atividades, como fichamentos, resumos e seminários, que costuma causar nos estudantes aversão aos livros, já que é feita a associação com avaliações que terão que realizar. Portanto, acaba-se criando uma visão distorcida acerca da leitura literária e de seus objetivos enquanto uma arte.

O processo de leitura se dá pela própria leitura. O exercício da leitura se dá por si mesmo. Não há outra fórmula para o desenvolvimento da prática; não se aprende a apreciar a leitura por osmose, muito menos por caminhos encurtados, como resumos de livros. Portanto, o professor deve estimular a leitura muito mais do que a atividade decorrente do texto lido (ANDRADE, 2014, p. 43).

Portanto, para estimular a leitura, a seleção dos livros deve ser feita de forma cuidadosa, para que não restrinja a experiência literária. De acordo com Cosson (2020), são considerados literários textos com diferentes características entre si, que vão desde os livros-brinquedo até obras canônicas da literatura nacional, passando por livros de imagens, conto da tradição oral, biografias, histórias em quadrinhos, e entre outros que participam de alguma forma do mundo ficcional ou poético. Essa diversidade, porém, acaba por

estabelecer fronteiras e limitações para o conceito de literatura. É assim que, para dar conta de tantos e tão diversos textos, costuma-se segmentá-los por faixas etárias e períodos de ensino. É isso que acontece, por exemplo, quando editoras, livrarias, sites dedicados à leitura, editais de compras governamentais e as próprias bibliotecas escolares determinam, organizam e apresentam os textos conforme a idade dos alunos ou o período de ensino, quando não adotam uma conjugação de ambos os critérios (COSSON, 2020, p. 130).

Com classificação para determinados grupos, há a diminuição da circulação do livro, que fica centrado apenas a quem a sua leitura foi predeterminada. Além dessa separação por faixa etária, existe a separação por gênero, que, a partir do binarismo, separa gêneros para serem lidos por meninas e gêneros para meninos. Além disso, a seleção literária também ocorre quando os textos são escolhidos a partir de uma visão hierárquica que parte de livros para bebês e tem como ponto de chegada a literatura erudita (COSSON, 2020).

O entendimento que a formação do leitor passa por estágios e que esses estágios demandam diferentes tipos de textos termina por reduzir a amplitude do campo literário a um percurso que não difere muito daquele dado pela tradição do ensino da literatura na escola. [...] Dessa forma, nesse paradigma, o campo da literatura assume a forma de uma pirâmide, cuja base incorpora praticamente todo impresso e vai afunilando no decorrer dos anos escolares para alcançar o final do percurso, no seu topo, a literatura canônica (COSSON, 2020, p. 132).

Com a diversidade de gêneros literários e formas de escrita que propiciam ao leitor uma experiência estética, social e de amplitude de consciência e criatividade, é preciso escolher quais livros serão destinados aos estudantes com o cuidado de não afastá-los da prática leitora. Algumas restrições feitas com o objetivo de facilitar o acesso aos livros podem, na verdade, limitar os potenciais desafios na leitura que propiciam alargar horizontes, conhecer novas histórias e gêneros.

Entretanto, no âmbito escolar, surgem empecilhos que afetam esse trabalho do professor mediador. Dentre eles, estão as condições desfavoráveis em relação ao acervo literário em muitas bibliotecas do país, ou, até mesmo, a falta delas. A escolha dos livros, nesses casos, ficam dependentes dessas condições e as possibilidades de leituras diversificadas são reduzidas.

## **2.2 Políticas públicas de fomento à leitura**

Para procurar melhorar essa situação, o Estado, a partir de políticas públicas, procura disponibilizar livros literários às bibliotecas escolares através de programas governamentais de fomento à leitura. Esse elo entre os livros nas escolas e as políticas públicas, benéfica para os estudantes de todo o país, possibilita que, de tempos em tempos, o acervo existente na instituição seja atualizado e ampliado.

As políticas públicas de incentivo à leitura surgiram no Brasil na década de 1930 acompanhando o surgimento do Ministério da Educação e Saúde Pública. Entretanto, o objetivo não era a formação de leitores, mas a criação de uma imagem do Brasil como um país em desenvolvimento e qualificação de mão de obra para trabalhar nas indústrias. Para isso, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), o primeiro órgão com a finalidade de promover a propagação do livro. O INL tinha como principais metas a expansão das bibliotecas no Brasil e a criação de enciclopédias e dicionários nacionais (CORDEIRO, 2018).

Além disso, o Instituto mantinha o controle dos conteúdos dos livros, cerceando a liberdade de leitura:

enviava às bibliotecas públicas acervos que obrigatoriamente passavam por análise acerca dos temas, limitando as leituras do público-alvo. Assim, o livro e as bibliotecas passam por fase de ampla promoção, contudo, qualquer obra que apregoasse ideias contra os objetivos do INL, era mantida fora de circulação. Portanto, era objetivo do governo cercear as leituras para dificultar revoltas, frente ao perigo que as ideias que circulavam em determinados livros ofereciam ao governo (CORDEIRO, 2018, p. 1483).

Após essa primeira aparição da preocupação com a leitura no país, surgiu em 1979 o Programa de Desenvolvimento e Preservação do Livro (Prodelivro), que foi substituído em 1985 pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD),

momento em que há mudanças importantes, como “[...] a participação de professores no processo de escolha de livros; o fim da participação financeira dos estados; a extinção do livro descartável para permitir a sua reutilização. Eram tempos de transição democrática no país” (Brasil, 2011b, p. 18 apud CORDEIRO, 2018, p. 1485).

Entretanto, somente nos anos 1980 a formação do leitor passa a ser uma preocupação e vira pauta de políticas públicas, como o Programa Nacional Salas de Leitura (PNSL), extinto em 1996, que tinha como proposta a construção de salas de leitura para o recebimento de acervos compostos e enviados pelo projeto. Já em 1992, foi criado o Pró-Leitura para a formação de professores (CORDEIRO, 2018). No mesmo ano, surge o PROLER, um plano com maior mobilização política e que é atuante até os dias atuais, “visando construir práticas de leitura efetivas, apresentando concepções que mostram a leitura e a literatura como práticas culturais que ultrapassam os muros escolares” (CORDEIRO, 2018, p. 1486).

Em 1992, foi instituído o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), considerado o programa de maior porte criado no Brasil. Buscava promover a literatura, a leitura e o conhecimento a partir da distribuição de acervos literários às escolas públicas para todas as etapas da educação e para a modalidade Educação de Jovens, Adultos (EJA) (CORDEIRO, 2018).

De acordo com Cordeiro (2018), quando se trata da principal política pública brasileira em fomento à leitura, o PNBE conferiu sua importância por atender as escolas de todo o país e se manter contínuo independente das mudanças de governo, caracterizando-se como um programa de Estado. Entretanto, teve a sua última

distribuição de livros realizada em 2014, e, em 2017, foi extinto. Após as escolas ficarem uma lacuna de tempo sem o recebimento de livros, o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017,

unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com nova nomenclatura, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD também teve seu escopo ampliado com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros (BRASIL, [2018?]).

## CAPÍTULO 3

### O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) Literário

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) se destina à distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias e outros materiais, como *software*, jogos educacionais e materiais de reforço, às escolas públicas de educação básica de todo o país. Tanto os estudantes, quanto os professores são beneficiados com o recebimento dos materiais de forma gratuita, que ocorre de maneira alternada em cinco ciclos e em quatro segmentos: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Além desses, também são atendidos estudantes e professores de diferentes modalidades da educação básica.

Entre o final de 2019 e o início de 2020, foram distribuídos milhões de livros às escolas do país. Apenas em 2018, 39.465 escolas dos anos iniciais foram beneficiadas com um total de 26.359.755 exemplares distribuídos. Dessa forma, o programa constitui-se como um importante aliado à formação literária nas escolas brasileiras, visto a sua abrangência. Dessa forma, propõe-se uma análise dos editais de seleção e avaliação das obras literárias dos anos de 2018 e 2023, que dizem respeito a distribuição de livros aos anos iniciais do ensino fundamental.

#### 3.1. Os dados e as análises da pesquisa

Inicialmente, será apresentado um levantamento dos critérios de avaliação e seleção das obras literárias do Edital de Convocação nº 01/2021 do PNLD Literário para vigência de 2023. No segundo momento, será apontado o levantamento de artigos com avaliações dos critérios de seleção de obras literárias do Edital de Convocação Nº02/2018 do PNLD Literário 2018. Por fim, será realizada a análise dos dados, comparando entre si as conclusões que cada autor dos artigos levantados chegou em relação à concepção de literatura infantil, e com o edital que está em vigência atualmente.

A análise foi delimitada à seleção de obras literárias para os anos iniciais do ensino fundamental. Por esse motivo, serão apresentadas apenas as edições de 2018 e 2023.

A fim de entender os critérios de seleção utilizados para a edição de 2018 e compreender a posição crítica de estudiosos da área em relação à temática, foi realizada uma busca nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico utilizando as operadores booleanos para filtrar as seguintes palavras-chave: “PNLD Literário” AND “concepção de literatura infantil”; “PNLD Literário” AND edital; “PNLD Literário” AND “formação de leitores”; e “PNLD Literário” AND “ensino fundamental”. Além disso, a busca foi refinada entre os anos de 2018 a 2022.

Foram encontrados, ao todo, quatro artigos que tratam dos critérios de avaliação e seleção do PNLD Literário, porém somente dois se referem ao edital nº 02/2018. O artigo de Pinheiro e Tolentino (2020) avalia o PNLD Literário tanto do ano de 2018, quanto de 2020. Esse último teve as escolhas das obras direcionadas para os anos finais do ensino fundamental, e por isso será omitido da análise. Já o trabalho de Freitas, Pereira e Segabinazi (2020), trata especificamente do PNLD Literário 2018.

### **3.1.1 Levantamento dos critérios de avaliação e seleção do PNLD Literário 2023**

O primeiro objeto da análise é o Edital de Convocação nº 01/2021 do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2023, para a

[...] aquisição das obras didáticas, literárias e pedagógicas destinadas aos estudantes, professores e gestores das escolas dos anos iniciais do ensino fundamental da educação básica pública, das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal e das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público. (BRASIL, 2021, p. 1)

O Edital PNLD/Literário 01/2021 conta com quatro objetos, sendo eles:

Objeto 01: Obras didáticas – Livro do Estudante e Manual do Professor – destinadas aos estudantes e professores dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano);

Objeto 02: Obras didáticas – Livro e Manual de Práticas e Acompanhamento da Aprendizagem – destinadas aos estudantes e professores dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano);

Objeto 03: Obras literárias destinadas aos estudantes e professores dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano);

Objeto 04: Obras Pedagógicas destinadas aos professores e gestores dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e Recursos Educacionais Digitais destinados aos estudantes e professores dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). (BRASIL, 2021, p. 1).

A fim de alcançar os objetivos de pesquisa, o levantamento de dados será feito com o Objeto 3, específico de obras literárias. O edital elenca tanto critérios de avaliação e seleção específicos, quanto critérios gerais, que servem para todos os objetos. Devido à extensão do documento e dos limites que se encontra o presente trabalho, serão considerados os critérios que mais se adequam a temática aqui delimitada, sendo eles: as Características das Obras, os Critérios Gerais para a Avaliação Pedagógica e os Critérios para a Avaliação das Obras Literárias.

Dentre os critérios específicos, está a definição das Características das Obras. As obras literárias são classificadas em duas categorias: Categoria 1 - Obras Literárias do 1º ao 3º ano do ensino fundamental; e Categoria 2 - Obras Literárias do 4º e 5º ano do ensino fundamental. Cada obra das duas categorias deve conter:

- 2.2.3.1. Livro do Estudante, contendo:
- 9 2.2.3.2. Livro Literário do Estudante - Impresso e
- 2.2.3.3. Livro Literário do Estudante Digital.
- 2.2.4. Livro do Professor, contendo:
- 2.2.4.1. Livro Literário do Professor Impresso e
- 2.2.4.2. Livro Literário do Professor Digital; 2.2.5. O Livro Literário do Professor corresponde ao conteúdo do Livro do Estudante.
- 2.2.6. Materiais Digitais das obras literárias, contendo:
- 2.2.6.1. 1 (um) Material Digital de Apoio à Prática do Professor, em formato PDF;
- 2.2.6.2. 1 (um) Videotutorial voltado para o professor (desejável);
- 2.2.6.3. 1(um) Videotutorial voltado para o estudante (desejável).
- 2.2.7. É obrigatória a apresentação do Livro Literário do Estudante Digital e do Livro Literário do Professor Digital, que devem corresponder às respectivas versões impressas, devendo ser também acessíveis. (BRASIL, 2021, p. 8-9)

Não são aceitas inscrições de obras literárias:

- 2.2.11.1. em domínio público, originalmente escritas em língua portuguesa;
- 2.2.11.2. com lacunas ou espaços que possibilitem ou induzam a criança a realizar atividades no próprio livro, inviabilizando o seu uso coletivo;
- 2.2.11.3. acompanhadas de caderno de atividade ou que contenham anexo em separado;
- 2.2.11.4. que não respeitem as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em descumprimento ao Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, ao Decreto nº 6.583, de 30 de setembro de 2008, e ao Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012;
- 2.2.11.5. já adquiridas no âmbito dos editais do PNLD 2018 Literário, ou no PNLD 2020 Anos Finais do Ensino Fundamental, PNLD 2022 Educação Infantil. (BRASIL, 2021, p. 9).

As obras literárias devem estar adequadas à faixa etária do público alvo da categoria ao qual são destinadas e estar em conformidade com a Base Nacional Comum

Curricular e com a Política Nacional de Alfabetização, podendo contemplar temas diversos. (BRASIL, 2021). Além disso, as obras literárias poderão ser inscritas nos gêneros literários:

- 2.2.19.1. Poesia, poema, trava-línguas, parlendas, adivinhas, provérbios, quadrinhas e congêneres;
- 2.2.19.2. Conto, crônica, novela; 2.2.
- 19.3. Lendas, mitos, fábula;
- 2.2.19.4. Cordel;
- 2.2.19.5. Teatro; e
- 2.2.19.6. Memória, diário, biografia.
- 2.2.20. As obras literárias deverão ser inscritas conforme gênero literário majoritário, podendo contemplar mais de um dos gêneros literários.
- 2.2.21. As obras literárias poderão ser inscritas em outros gêneros ou temas, além dos sugeridos neste edital, desde que sejam nomeados, definidos e justificados pelo editor para fins de avaliação pedagógica. (BRASIL, 2021, p. 10)

Esses fundamentos têm relação com a avaliação do critério “Adequação de categoria, tema e gênero literário”, uma das dimensões da avaliação pedagógica das obras literárias.

Os Critérios Gerais para Avaliação Pedagógica, estabelece critérios comuns para todos os objetos do edital:

- i) Respeito à legislação, às diretrizes e às normas gerais da educação;
- ii) Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- iii) Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica;
- iv) Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- v) Adequação e pertinência das orientações prestadas ao professor;
- vi) Observância às regras ortográficas e gramaticais da língua na qual a obra tenha sido escrita;
- vii) Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico;
- viii) Qualidade do texto e adequação temática;
- ix) Qualidade dos Recursos Educacionais Digitais. (BRASIL, 2021, p. 39).

Em relação ao respeito à legislação, às diretrizes e às normas gerais da educação, são elencadas leis, decretos, diretrizes e normas, contemplando desde a Constituição Federal, a marcos legais sobre Direitos Humanos, direitos das crianças e adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, diversidade e cultura.

Já em relação aos princípios éticos para a construção da cidadania e ao convívio social republicano, deve-se:



[...] 2.3.2. Respeitar a liberdade de consciência, a liberdade religiosa e a liberdade política dos alunos e de suas famílias, observado o caráter laico do Estado e o respeito ao sentimento religioso.

[...] 2.3.6. Promover positivamente a imagem dos brasileiros, homens e mulheres, e valorizar as matrizes culturais do Brasil - indígena, europeia e africana - incluindo as culturas das populações do campo, afrobrasileira e quilombola, respeitada a indicação da BNCC quanto a componentes, habilidades e anos escolares nos quais esses conteúdos deverão ser abordados e demais normas aplicáveis.

2.3.7. Promover positivamente a imagem do Brasil e a amizade entre os povos;

2.3.8. Promover valores cívicos, como respeito, patriotismo, cidadania, solidariedade, responsabilidade, urbanidade, cooperação e honestidade;

2.3.9. Promover o respeito aos mais velhos, em especial aos pais, aos professores e aos cuidadores, bem como aos colegas e demais pessoas do convívio social do estudante (BRASIL, 2021, p. 40)

Além das especificações técnicas que as obras literárias devem ter, o edital também pormenoriza as especificações pedagógicas das obras que possibilitem, por exemplo, a fluência em leitura oral e processos gerais de compreensão da leitura.

O edital do PNLD Literário, apesar de englobar a seleção de livros e materiais didáticos, especifica os critérios para a avaliação das obras literárias. No edital 01/2021, na parte introdutória da explanação dos Critérios para Avaliação das Obras Literárias, enfatiza que a literatura infanto-juvenil deve contribuir para a formação do leitor literário, proporcionando o estímulo à imaginação e o desenvolvimento do gosto pela leitura. Também deixa clara a importância da participação criativa na leitura e da reflexão que, a partir dela, os estudantes devem ter sobre si próprios, os outros e o mundo. Além disso, explicita a importância da mediação do professor e esclarece que oportuniza habilidades de literacia, como o desenvolvimento do vocabulário e compreensão de textos.

Em seguida, elenca as quatro dimensões nas quais a avaliação pedagógica das obras literárias está ancorada:

- a) Qualidade do texto escrito e visual;
- b) Adequação de categoria, de tema e de gênero literário;
- c) Projeto gráfico-editorial;
- d) Qualidade dos Recursos Educacionais Digitais. (BRASIL, 2021, p. 57).

O critério “Qualidade do texto escrito e visual” estabelece que a obra literária deverá, entre outros:

- 2.1.1. Contribuir para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo;
- 2.1.2. Contribuir para a associação da leitura a uma atividade prazerosa;

- 2.1.3. Apresentar vocabulário, extensão total do texto, extensão do texto em cada página e complexidade das construções gramaticais de maneira adequada e atrativa ao público-alvo da categoria correspondente, visando a consolidação da alfabetização e de habilidades gerais de literacia. [...]
- 2.1.10. Contribuir para ampliar o repertório linguístico dos estudantes e, ao mesmo tempo, propiciar a fruição do uso singular da linguagem que as caracteriza;
- 2.1.11. A promoção da fluência em leitura oral; [...]
- 2.1.13. A oportunidade do reconto de uma história lida ou ouvida;
- 2.1.14. O aprimoramento do raciocínio e da habilidade de fazer inferências; [...] (BRASIL, 2021, p. 58).

A avaliação em relação às qualidades textuais básicas será a partir dos seguintes critérios:

- 2.2.1. Exploração de recursos expressivos da linguagem;
- 2.2.2. Consistência das possibilidades estruturais do gênero literário proposto;
- 2.2.3. Adequação da linguagem à faixa-etária dos estudantes. (BRASIL, 2021, p. 58)

O projeto gráfico-editorial avalia equilíbrio entre texto principal, textos complementares e intervenções gráficas; legibilidade do tipo e tamanho das fontes utilizadas nos textos e o espaçamento entre linhas e palavras e linhas, alinhamento e qualidade do papel de impressão; a apresentação de de informações que contextualizar o autor, a obra e os gêneros literário; e informações complementares que devem ser relevantes e consistentes, mas com linguagem atrativa para os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental. (BRASIL, 2021, p. 59).

Por fim, a Qualidade dos Materiais Digitais é avaliada a partir do Material Digital, que deverá conter carta ao professor e propostas de atividades que

[...] devem ser sugeridos aos professores de língua portuguesa e língua inglesa instrumentos claros, precisos e alinhados à BNCC e à PNA sobre como trabalhar a obra literária dentro e fora do ambiente escolar, enfocando, particularmente, a leitura em voz alta e estratégias de reconto e compreensão de texto. Nesse sentido, essas propostas devem, obrigatoriamente, estar divididas em atividades de pré-leitura, leitura e pós-leitura. (BRASIL, 2021, p. 59).

Além disso, deve apresentar estratégias de compreensão oral e incentivar a leitura dialogada com o professor, acompanhados de perguntas para desenvolver e aferir a curiosidade e compreensão oral. (BRASIL, 2021, p. 59).

Também é desejável que tenham dois videotutoriais, um para o professor, e outro para os estudantes, a fim de contextualizar o autor e a obra e motivá-los à leitura.

### 3.1.2 PNLD Literário 2018

**Quadro 1. Artigos levantados para análise:**

Ano de Publicação	Autor (es)	Título do Trabalho	Local de Publicação
2020	Marta Passos Pinheiro; Jéssica Mariana Andrade Tolentino.	A Literatura Infantil em Perigo: Políticas Públicas e o Controle da Leitura	Caderno de Letras Pelotas, n. 38, set-dez (2020)
2020	Ana Magally Pereira de Freitas; Israel Niwton da Costa Pereira; Daniela Maria Segabinazi.	Os Critérios de Avaliação e Seleção de Obras Literárias: O Pnld Literário 2018.	Revista X, v. 15, n. 7.

Fonte: Quadro produzido pela autora a partir do levantamento em periódicos

Os dois artigos levantados fazem uma análise dos critérios de avaliação e seleção das obras literárias do Edital de Convocação 02/2018 do PNLD Literário. Pinheiro e Tolentino (2020), propõem uma reflexão sobre a concepção de literatura infantil presente nos editais do PNLD Literário 2018 e 2020, por meio da análise de seus protocolos de leitura. Iniciam a análise salientando que no decreto nº 9.099 de 2017, que redefiniu o programa, não há diferenciação entre os mecanismos de avaliação e distribuição de materiais didáticos e de livros literários. Desse modo, quando não há especificação das diretrizes no edital, vale para ambos. Além disso, em relação à avaliação das obras inscritas, argumenta que

[...] o documento descreve critérios como “a coerência e a adequação da abordagem “teórico-metodológica”, “a correção e a atualização de conceitos, informações e procedimentos” e “a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor” (BRASIL, 2017, art. 10) – critérios esses que mais se adequam à avaliação pedagógica das obras didáticas. Não há referência a critérios de avaliação específicos para os livros literários. (PINHEIRO; TOLENTINO, 2020, p. 174).

Complementando a argumentação, as autoras comparam o programa analisado com o seu antecessor, o PNBE, por apresentar modificações no que toca às

características das obras, aos critérios de avaliação e ao processo de seleção. Relatam que, entre as críticas existentes ao documento, destacam-se a exigência de materiais de apoio ao professor, a determinação de temas de acordo com a faixa etária dos estudantes e a limitação de formatos e atributos físicos dos livros.

Um desses critérios de avaliação foi o que diz respeito à “Qualidade do manual do professor digital”, que trata-se de um material complementar em formato digital produzido pelas editoras que passa a ser considerado parte integrante da obra literária com o objetivo de servir como auxílio à prática docente. Devido às críticas, a apresentação do manual do professor no edital 02/2018 se tornou optativa. (PINHEIRO; TOLENTINO, 2020)

As autoras relatam que, mesmo sendo explicado no documento que o material trata de “recursos extras, facultativos, que devem servir como auxílio para o trabalho docente” (BRASIL, 2018b, p. 23 apud PINHEIRO; TOLENTINO, 2020, p. 175), as determinações do edital mostram o contrário, e que a própria denominação “manual” indica a natureza do material e o que o programa espera dele. Outros vocábulos utilizados no documento também reverberam essa ideia, como determinar que o material ofereça aos professores orientação, em vez de sugestão, para o trabalho com os livros literários em sala de aula, sem abordar, em nenhum momento, características relacionadas à formulação estética das obras.

Outro ponto importante que as autoras discorrem é sobre as características dos livros esperados no critério de avaliação em relação à adequação de categoria, tema e gênero literário que estabelecem que os livros literários inscritos devem ser classificados de acordo com idioma, categoria, temas e gênero literário. As categorias referem-se aos anos escolares da educação básica e às respectivas faixas etárias dos estudantes. O edital determina que deve-se indicar, no ato da inscrição, qual categoria pertence à obra inscrita. Em relação ao tema, as obras podem vincular-se a um ou mais, e o edital oferece uma lista com temas pré-determinados de acordo com cada categoria. Ainda, há quadros de referências na seção “Critérios para a Avaliação de Obras Literárias” que descreve os enfoques esperados para cada tema proposto.

Assim, além de definir temáticas de acordo com a faixa etária/ano escolar, os editais também determinam a maneira como esses assuntos devem ser abordados pelas obras literárias. Essas determinações representam uma visão bastante limitada e limitadora da literatura. Em primeiro lugar, elas sugerem que existem temas adequados para cada faixa etária, um pressuposto bastante criticado, tanto nos estudos literários quanto nas pesquisas sobre infância.

Entretanto, mais do que questionar a suposta adequação dos temas às faixas etárias descritas, é necessário discutir se é de fato pertinente categorizar a literatura por temas e o que essa categorização tem a nos dizer acerca da concepção de obra literária promovida por esse programa governamental. (PINHEIRO; TOLENTINO, 2020, p.177)

Pinheiro e Tolentino (2020), analisam que essas determinações representam uma visão limitada e limitadora da literatura por sugerirem que existem temas adequados para cada faixa etária, que é um pressuposto bastante criticado tanto nos estudos literários, quanto nas pesquisas acerca da infância. Em relação à concepção da obra literária promovida pelo PNLD Literário, a partir dessa categorização temática, acreditam que o programa reduz a literatura a uma mensagem ou ao meio pela qual essa mensagem pode ser transmitida.

A literatura infantil e juvenil, dentro do escopo dos editais do PNLD Literário é, portanto, compreendida como instrumento para transmissão de conteúdos considerados apropriados para a infância e a juventude. De certo modo, essa compreensão replica antigos modelos literários nos quais recursos ficcionais e linguísticos são empregados como forma de amenizar ou de camuflar conteúdos didáticos. A redução da literatura a um conjunto de temas pode ser vista ainda como uma tentativa de “literatizar” o escolar, conforme descreve Soares (2001). Ao discutir a escolarização da literatura, isto é, o processo pelo qual a escola apropria-se da literatura para atender aos seus objetivos educativos, a pesquisadora reflete sobre como certas práticas podem deturpar as obras literárias, transformando-as em meros pretextos para a abordagem de conteúdos programáticos. (PINHEIRO; TOLENTINO, 2020, p. 177).

Dessa forma, as autoras relatam que ao centrar-se nos temas e nos conteúdos escolares em detrimento do modo como são vinculados, a literatura deixa de ser um objeto de estudo em si e passa a ser um objeto que tem como função auxiliar os professores no ensino de conteúdos e transmissão de valores.

Já no critério gráfico-editorial das obras, é estabelecido um padrão gráfico para todos os livros literários, como formato do papel e acabamento, e a estrutura editorial, como as informações que devem constar na capa e na folha de rosto (PINHEIRO; TOLENTINO, 2020).

Em relação aos critérios de avaliação do programa, Pinheiro e Tolentino (2020) defendem que o único critério que destaca características formais das obras e sua relevância para o leitor é “Qualidade do texto”, enquanto o restante privilegia uma postura pedagogizante e utilitarista.

As autoras concluem dizendo que a instrumentalização da leitura promovida pelo PNLD Literário parece ser indício de uma proposta de educação que serve ao controle de crianças e jovens, a partir de um pragmatismo neoliberal que procura inserir

as crianças na cultura escrita apenas como forma de ajustá-las ao sistema produtivo, havendo a materialização de um projeto de sociedade em que a literatura e a arte são secundarizadas.

Freitas, Pereira e Segabinazi (2020), tiveram como objeto de estudo o processo de avaliação e seleção de obras literárias do PNLD Literário 2018 com o objetivo de apresentar e discutir os critérios de avaliação e seleção utilizados pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública do município de João Pessoa/Paraíba, a partir de dados quantitativos coletados por meio de questionários e análise qualitativa das respostas. Para isso, foi realizada uma discussão dos critérios usados no edital.

Ao iniciar a análise dos critérios de seleção, os autores expõem que, o critério “Qualidade do texto” tem como preocupação ampliar o repertório linguístico, para proporcionar uma fruição de leitura ao alunado de uma maneira que a linguagem também seja considerada. Além disso, durante o processo de escolha das obras, a diversidade deve ser considerada, mas não de maneira una com o propósito de ampliar informações, mas levando em consideração a função estética da linguagem.

Em relação à “exploração de recursos expressivos” e a “adequação da linguagem aos estudantes”, Freitas, Pereira e Segabinazi (2020) consideram que são aspectos importantes a serem analisados, porque o primeiro faz com que o leitor seja atraído pela leitura, e o segundo faz com que consiga entender melhor a obra, gerando uma leitura mais prazerosa.

Segundo Colomer (2017), é importante escolher boas obras literárias, que fujam de uma linguagem óbvia ou que fazem apenas uma descrição do que é comum e conhecido para o leitor; isto porque elas possibilitam a ampliação e rupturas de expectativas o que, por sua vez, provoca a apreciação estética e alarga horizontes literários. Para ela, “A ‘textura’ das palavras que ouvimos em nosso cérebro ao ler é algo essencial para o valor literário de uma obra” (COLOMER, 2017, p. 256) [...] (FREITAS; PEREIRA; SEGABINAZI, 2020, p. 601)

No que se refere à proibição de obras que tenham um teor doutrinário, panfletário, didático ou religioso, os autores apontam que o critério é tratado com amplitude, pois não leva contextualização ao avaliador referente aos critérios. A argumentação se dá a partir da ideia de que, excluindo obras de teor didático, por exemplo, podem ficar de fora textos de tradição popular, das memórias e dos diários, uma vez que a sua circulação se dá em âmbito escolar e é inserida com uma intenção

didática na maioria dos casos. Assim, destacam que é preciso considerar não só o gênero literário, mas também o contexto de produção no qual está inserido, para que não sejam reprovadas obras de valor artístico, histórico, cultural e social.

Em seguida, consideraram mais dois critérios essenciais: a adequação da obra literária à categoria, considerando a faixa etária, e a avaliação de temática dessas obras.

O edital deixa claro essa divisão, alertando inclusive, para às temáticas abordadas de acordo com cada categoria. Por exemplo, na categoria 4, que corresponde do 1º ao 3º ano do EF, a primeira temática diz respeito a “descoberta de si”, já na categoria 5, que corresponde ao 4º e 5º ano do EF, a primeira temática é o “autoconhecimento, sentimentos e emoções”. As duas temáticas podem parecer iguais, contudo, elas divergem quando pensamos nos interesses encontrados nesses grupos por faixa etária (FREITAS; PEREIRA; SEGABINAZI, 2020, p. 603).

Freitas, Pereira e Segabinazi (2020), referenciando Coelho (2000), afirmam que para que a leitura literária se torne efetiva, é importante a adequação da leitura à etapa de desenvolvimento do leitor, levando em consideração, não apenas a idade cronológica, mas também a maturidade bio-psíquica-afetiva-intelectual. Em seguida, concordam com o critério exposto no edital, afirmando que a divisão proposta de categorias no edital é essencial, “tendo em vista que essas obras são distribuídas de acordo com o interesse temático que se relaciona àquele grupo de criança, isto é, do 1º ao 3º ano e do 4º ao 5º ano, e não às crianças de uma determinada idade.” (FREITAS; PEREIRA; SEGABINAZI, 2020, p. 603).

Em relação ao projeto gráfico-editorial, o edital traz critérios quanto a materialidade dos livros,

[...] levado em consideração a coerência entre o texto principal, os paratextos como o prefácio, as intervenções gráficas e as ilustrações da obra, uma vez que, se tais aspectos não corresponderem uns aos outros, podem vir a comprometer o ato da leitura (FREITAS, PEREIRA; SEGABINAZI, 2010, p. 603).

Os autores concluem a seção do artigo dizendo que os critérios de avaliação e seleção das obras são expostos de maneira esclarecedora, a fim de auxiliar os docentes no processo de escolha. Além disso, consideram os documentos necessários ao processo de seleção do professor, pois favorecem escolhas criteriosas e fundamentadas.

### **3.2 Consolidação da pesquisa**

Em relação às quatro dimensões em que as avaliações das obras literárias se ancoram, Pinheiro e Tolentino (2020) e Freitas, Pereira e Segabinazi (2020), em suas análises, por vezes, entram em consenso e, por vezes, discordam. Iniciando pelo critério “Qualidade do texto”, ambos os autores concordam que se privilegia a qualidade literária e estética do texto, de forma relevante para o leitor, proporcionando uma leitura de fruição. No edital 01/2021, percebe-se que essa característica se mantém, visto que a obra deverá contribuir para o desenvolvimento do gosto da leitura, do estímulo à imaginação e propiciar a fruição do uso da linguagem, ao mesmo tempo que aprimore o raciocínio e a habilidade do leitor de realizar inferência, e, por isso, necessita de um texto bem construído.

Tratando-se do critério “Adequação de categoria, tema e gênero”, entretanto, há discordâncias significativas. No edital 2/2018, há uma categorização de temas específicos em relação aos anos escolares. Freitas, Pereira e Segabinazi (2020) defendem que, para a efetivação da leitura literária, é necessária adequação da leitura à etapa de desenvolvimento do leitor. Por isso, concordam com as categorias elencadas pelo programa a partir de determinadas temáticas, argumentando que a categorização é do 1º ao 3º ano e do 4º ao 5º ano, e não por idade.

Pinheiro e Tolentino (2020), ao contrário, acreditam que essa categorização determina uma visão limitada e limitadora do programa acerca da literatura, e questionam o que essa característica do edital tem a dizer sobre o PNLD Literário, pois o edital também determina a forma como os temas serão abordados. Já no edital 01/2021 para o ano de 2023, houve modificação nesse critério e não há mais categorização de temas, podendo contemplar temas diversos e uma variedade de gêneros literários, permitindo maior liberdade para as crianças em relação ao acesso aos livros na escola.

As conclusões finais acerca dos critérios utilizados pelos programas também divergem uma da outra. Pinheiro e Tolentino (2020) acreditam que o PNLD Literário promove a instrumentalização da leitura, dando indícios de uma educação que serve ao controle das crianças, enfocando em um projeto de sociedade em prejuízo da arte. Já Freitas, Pereira e Segabinazi (2020), acreditam que os critérios de avaliação e seleção foram expostos de maneira esclarecedora para auxiliar os professores no momento da escolha de obras para a escola.

Já em relação aos critérios gerais do edital 01/2021, há a valorização dos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano,



promovendo valores cívicos, como respeito, patriotismo, cidadania, solidariedade, responsabilidade, urbanidade, cooperação e honestidade. Também aparece a promoção dos respeitos aos mais velhos, promover positivamente a imagem do Brasil (BRASIL, 2021).

Esses critérios se assemelham às características dos primeiros livros brasileiros no século XIX, que tinha como prioridade, a partir da literatura infantil, formar cidadãos, promover a pauta nacional e ensinar bons modos (ANDRADE, 2014). Desse modo, há a presença de alguns critérios de cunho moralizante em detrimento da valorização do caráter estético.

Por fim, a análise dos dois editais evidencia que o PNLD Literário mostra que há acertos, contradições e equívocos nas escolhas dos critérios de seleção das obras literárias, pois, ao mesmo tempo em que explicita a importância da formação do leitor literário, da qualidade estética das obras, dos elementos imaginativos, da leitura prazerosa e de oportunizar recontos, também regula e restringe os livros por meio de determinadas categorizações.

## Considerações Finais

Uma política pública de abrangência nacional que garanta aos estudantes de todo o país o direito à leitura é de extrema importância. Por essa razão, o propósito desta pesquisa foi identificar a concepção de literatura infantil do PNLD Literário, que, assim como os outros programas e projetos criados ao longo das últimas quatro décadas, oportuniza a democratização da leitura e, conseqüentemente, a possibilidade de se trabalhar a formação de leitores na escola, que, como espaço educativo, permite o desenvolvimento de crianças e jovens em níveis intelectual, social, emocional e cultural.

A partir das análises editalícias, tornou-se evidente que o Programa, algumas vezes, utiliza-se ora de critérios que podem restringir o acesso ao livro no âmbito escolar, ora de critérios moralizantes, visando a utilização do livro literário para a aprendizagem de comportamentos esperados pela sociedade. Entretanto foi possível observar também que, em comparação ao antecessor, o edital para o PNLD Literário 2023 apresentou mudanças benéficas no que se refere aos verdadeiros objetivos da literatura infantil, enquanto gênero que se caracteriza pela exaltação do imaginário e da criatividade, e que não se limite à determinadas temáticas.

Conclui-se, também, que, apesar de alguns critérios serem dissonantes à conceituação de literatura infantil, o PNLD Literário traz pontos importantes desde o momento em que reconhece a essencialidade dos princípios estéticos, das construções de sentido sobre si mesmo, o mundo, às pessoas, à sociedade, às diversas culturas e a importância do livro para a formação do leitor literário a partir de critérios que possibilitam a escolha de livros de gêneros literários diversificados e com personagens e ambientações complexos.

Desse modo, o programa governamental é indispensável para a rede de ensino, visto que abastece as bibliotecas, que, sem a ajuda do Estado, provavelmente não teriam um acervo que pudesse atender a todos, e, conseqüentemente, prejudicaria a formação leitora de crianças, jovens e adultos. Assim, pode-se dizer que essa formação está diretamente ligada à ação governamental.

Dessa forma, é importante entender não somente a importância que as políticas públicas de fomento à leitura têm ao propiciar oportunidades de ter contato com os livros literários, mas também como esses livros vão influenciar na formação leitora. A concepção de leitura entendida pelos Programas pode deixar marcas no processo

educativo, na medida em que conduz a um julgamento do que seja a literatura infantil e a sua função.

Por isso, é importante que o material que chega às mãos dos estudantes seja pensado visando formar leitores críticos, criativos, empáticos e sensíveis. Porém, isso deve ocorrer através de histórias bem construídas e ricas a partir da experiência entre o leitor e o livro, ao invés de conteudistas, assemelhando-se a função de um livro paradidático. Assim, podem usufruir da literatura como uma arte, mas que, de maneira envolvente, derruba barreiras construídas ao promover o senso crítico e criativo, permitindo um novo fluxo de ideias, opiniões e sentimentos.

Para que a formação leitora ocorra de modo significativo, é necessário também que os educadores tenham consciência das potencialidades que os livros ajudam a descobrir. Por isso, é preciso que sejam, primeiramente, leitores, para que possam, no dia a dia da sala de aula, construir a prática pedagógica pautada no respeito pelo momento, pelos desejos e pelos interesses dos estudantes de maneira sensível, a fim de propiciar uma melhor experiência com as histórias que vivem a cada leitura.

Além disso, é essencial que, ao perceber e valorizar o momento da leitura na escola, tenha atenção com as escolhas dos livros, de modo que não restrinja o percurso que o estudante pode tomar. Esse cuidado também é importante, pois, tratando-se especificamente da escola pública, é preciso pensar criticamente sobre os materiais que chegam até ela, visto que, uma vez que são advindos de programas governamentais, exprimem uma concepção que, por vezes, pode não condizer totalmente com o que se espera do papel da educação.

Portanto, criar momentos no ambiente escolar que promova a leitura por fruição e que gere sentimentos, dúvidas e debates é essencial para que as crianças entendam que, muito mais do que ensinamentos prontos e direcionados, os livros são capazes de gerar novas histórias, pontos de vista, reflexões, risadas e sonhos.

Por tudo que se apresentou na pesquisa, é possível apontar que seus objetivos, diante da investigação bibliográfica que se realizou, foram alcançados e, possivelmente contribuem para o esclarecimento sobre o universo da literatura infantil nos caminhos aqui pretendidos.

## Referências

ANDRADE, Gênese. (org.). **Literatura infantil**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

APPOLINÁRIO, F. Dicionário de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e pedagógicas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2023**. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2023-1/Edital\\_PNLD\\_2023\\_\\_2\\_\\_Retificacao\\_08\\_07\\_2021.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2023-1/Edital_PNLD_2023__2__Retificacao_08_07_2021.pdf). Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNLD**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Brasília, [2018?a] Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/legislacao/item/9787-sobre-os-programas-do-livro>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados Estatísticos**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Brasília, [2018?b] Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos#:~:text=O%20PNLD%20%C3%A9%20direcionado%20%C3%A0,fundamental%20e%20do%20ensino%20m%C3%A9dio.&text=Entre%20o%20final%20de%202019,a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD**. Ministério da Educação, Brasília, [2018?c]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-acoes-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **PNLD**. Ministério da Educação, Brasília, [2018?d]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld#:~:text=O%20Decreto%20n%C2%BA%209.099%2C%20de,Biblioteca%20da%20Escola%20\(PNBE\)](http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld#:~:text=O%20Decreto%20n%C2%BA%209.099%2C%20de,Biblioteca%20da%20Escola%20(PNBE)). Acesso em: 12 jan. 2023.

CADEMARTORI, Ligia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: \_\_\_\_\_. **Vários Escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo. Barueri, SP: Manole, 2010.

CORDEIRO, Maisa Barbosa da Silva. **Políticas Públicas de Fomento à Leitura no Brasil**: uma análise (1930 - 2014). Porto Alegre, Educação & Realidade, v. 43, n. 4, p.

1477-1497, out./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623675138>. Acesso em: 12 jan. 2023.

COSTA, Marta Morais da. **Metodologia do ensino da literatura infantil**. Curitiba: Editora InterSaberes, 2013.2.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo, Contexto, 2009.

COSSON, Rildo. **Paradigmas do ensino da literatura**. São Paulo, Contexto, 2020.

FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da Leitura no Brasil**. Rio de Janeiro, Sextante, 2021. Disponível em: [https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Retratos\\_da\\_leitura\\_5\\_\\_o\\_livro\\_IPL.pdf](https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Retratos_da_leitura_5__o_livro_IPL.pdf). Acesso em: janeiro de 2023.

FLECK, Gilmei Francisco. **O Papel da Literatura Infantil e Infanto-Juvenil na Formação do Leitor**. Rev. Língua & Literatura, v. 10, n. 14, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo, Autores Associados: Cortez, 1989.

FREITAS, Ana Magally Pereira de; PEREIRA, Israel Niwton da Costa; SEGABINAZI, Daniela Maria. **Os Critérios de Avaliação e Seleção de Obras Literárias: O Pnld Literário 2018**. Revista X, Paraná, v. 15, n. 7. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/74935>. Acesso em: Fevereiro de 2023.

KRUG, Flavia. **A importância da leitura na formação do leitor**. REI, Revista de Educação do Ideau. Passo Fundo, v. 10, p. 1- 14, dez. 2015. Disponível em: [https://www.getulio.ideau.com.br/wp-content/files\\_mf/b80cee602abb950b63a6d6c5cb43df40277\\_1.pdf](https://www.getulio.ideau.com.br/wp-content/files_mf/b80cee602abb950b63a6d6c5cb43df40277_1.pdf). Acesso em: 20 dez. 2022.

MARTINS, Lúcia Maria Cruz. **A transversalidade da literatura infantil em contexto pré-escolar**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação, Portalegre, Portugal. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3640/1/Relat%c3%b3rio%20final%20de%20OPIS%20L%c3%b3cia%20Martins.pdf> . Acesso em dezembro de 2022.

ONESTI, Anne Marie Tribess. **A influência da Literatura Infantil no desenvolvimento da autonomia e criatividade das crianças a partir do projeto autores mirins**. Congresso de Educação Básica, COEB, 2014. Disponível em [https://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16\\_04\\_2014\\_9.50.59.ff2087176abc4e87a44c090e4507d4d6.pdf](https://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_04_2014_9.50.59.ff2087176abc4e87a44c090e4507d4d6.pdf) . Acesso em dezembro de 2022.

PAIVA, Sílvia Cristina Fernandes; OLIVEIRA, Ana Arlinda. **A literatura infantil no processo de formação do leitor literário**. Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 4 v. 4 n. 7, p. 22-36, jan-jun. 2010. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/175>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PINHEIRO, Marta Passos; TOLENTINO, Jéssica Mariana Andrade. **A literatura infantil em perigo: Políticas Públicas e o controle da leitura.** Pelotas, n. 38, set-dez. 2020. Disponível em:  
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/article/view/19865>.  
Acesso em: Acesso em fevereiro de 2023.

REIS, Linda. **Produção de monografia: da teoria à prática.** Brasília: SENAC-DF, 2008.

VELOSO, Rui Marques. **Curtir literatura infantil no Jardim de Infância.** Leitura, Literatura Infantil e Ilustração. Investigação e Prática Docente 2. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho. 2001. Disponível em  
[http://www.casdaleitura.org/portalbeta/bo/abz\\_indices/000792\\_CLI.pdf](http://www.casdaleitura.org/portalbeta/bo/abz_indices/000792_CLI.pdf) . Acessado em dezembro de 2022.

VIEIRA, Sara Patrícia Marques. **Bibliografia da literatura infantil portuguesa na primeira década do século XXI e hábitos de leitura.** 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Disponível em Estudos Didáticos, Culturais, Linguísticos e Literários, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. Disponível em  
<http://hdl.handle.net/10400.6/3387>. Acesso em dezembro de 2022.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** 1. ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2012. Disponível em:  
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184478/epub/0?code=J5R8AuGyXYwVamHvLTW6agWUMYKzJAMbl/Jq5qClfd4iVLQtqQKoMkZsnvBXmsa+NucdRTkDWuNrQ9e+yPJ6aA==>. Acesso em: 02 set. 2022.